



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE PEDERNEIRAS - 0144

[1501 a 2000 processos]

Aos 05 dias do mês de junho de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 04/2017, divulgado em 06/04/2017 no DEJT (Edição 2204/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 1075). Presentes a Juíza Titular REGIANE CECILIA LIZI e o Juiz Substituto THIAGO NOGUEIRA PAZ. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	BARIRI, ITAJU, BORACEIA, PEDERNEIRAS
Lei de Criação:	10.770/03
Data de Instalação:	24/10/2005
Data de Instalação do PJE:	12/03/2014
Data da Última Correição:	25/02/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	8 %
Acervo PJe/Acervo Total:	92 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
REGIANE CECILIA LIZI	06/04/2011

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
07/01/2016 a 21/02/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
10/02/2016 a 10/03/2016	FERIAS
11/03/2016 a 09/05/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
30/05/2016 a 28/06/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
29/06/2016 a 28/07/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
29/07/2016 a 18/08/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
22/08/2016 a 20/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
21/09/2016 a 21/09/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
22/09/2016 a 21/10/2016	FERIAS
09/01/2017 a 07/02/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
08/02/2017 a 25/02/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
02/03/2017 a 31/03/2017	FERIAS
03/04/2017 a 04/04/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
11/04/2017 a 11/04/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
17/04/2017 a 16/05/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
17/05/2017 a 29/05/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2016 a 26/05/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ANANDA TOSTES ISONI	13/03/2017 a 31/03/2017
ANANDA TOSTES ISONI	01/04/2017 a 16/04/2017
ANANDA TOSTES ISONI	17/04/2017 a 16/05/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JEFERSON PEYERL	07/01/2017 a 08/01/2017
JEFERSON PEYERL	09/01/2017 a 25/02/2017
JEFERSON PEYERL	26/02/2017 a 12/03/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
KARINA SUEMI KASHIMA	07/01/2016 a 09/02/2016
KARINA SUEMI KASHIMA	10/02/2016 a 14/02/2016
KARINA SUEMI KASHIMA	20/02/2016 a 10/03/2016
KARINA SUEMI KASHIMA	11/03/2016 a 09/05/2016
KARINA SUEMI KASHIMA	10/05/2016 a 15/05/2016
KARINA SUEMI KASHIMA	16/05/2016 a 29/05/2016
KARINA SUEMI KASHIMA	30/05/2016 a 28/06/2016
KARINA SUEMI KASHIMA	29/06/2016 a 17/07/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PAULO HENRIQUE COIADO MARTINEZ	18/07/2016 a 28/07/2016
PAULO HENRIQUE COIADO MARTINEZ	29/07/2016 a 16/08/2016
PAULO HENRIQUE COIADO MARTINEZ	06/12/2016 a 11/12/2016

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2016 a 26/05/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
RENATO CLEMENTE PEREIRA	17/08/2016 a 18/09/2016
RENATO CLEMENTE PEREIRA	19/09/2016 a 21/09/2016
RENATO CLEMENTE PEREIRA	22/09/2016 a 18/10/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ROMULO TOZZO TECHIO	19/10/2016 a 21/10/2016
ROMULO TOZZO TECHIO	22/10/2016 a 26/10/2016
ROMULO TOZZO TECHIO	27/10/2016 a 15/11/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
THIAGO NOGUEIRA PAZ	17/05/2017 a 29/05/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ZILAH RAMIRES FERREIRA	17/02/2016 a 19/02/2016
ZILAH RAMIRES FERREIRA	26/02/2016 a 28/02/2016
ZILAH RAMIRES FERREIRA	04/03/2016 a 06/03/2016

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADRIANA MOYA ZABOTINI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	02/07/2016
ANDREA DEMETRIO	TJA	FC-05 ASSISTENTE- CHEFE DE POSTO AVANÇADO	01/09/2010
ANTONIO JOSE GRIZINSK DO ESPIRITO SANTO	AJ-OJA	-	16/09/2013
CLAUDIA ASSAD MELLO DE FIGUEIREDO CAMARGO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	28/05/2012
ELISABETE APARECIDA PITA	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	24/10/2005
JORGE ALBERTO CASTILHO RAZERA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	09/01/2006
JOSE CARLOS MARTELINE	TJA	FC-02 ASSISTENTE	24/10/2005
JOSIANE GUIMARAES BOTTEON	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	08/11/2014
JULIANA DE CASSIA FERREIRA CARDOZO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	22/09/2015
KATIA DE JESUS ANTONIO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	02/03/2015
MARCOS PAULO BARBOSA	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	16/04/2013
NATHALIA RECHE ALVES GALLI	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	09/01/2012
OLAVO ANTONETTI	TJA	-	18/06/2013
TALITA GRAZIELA FELIPPE JUSTULIN	REQ	FC-01 EXECUTANTE	03/12/2009
TATIANA FARALDO CARIOLA	AJ-OJA	-	21/11/2016
VALDEMIR ARANJUES SANCHES	TJA	FC-04 CALCULISTA	24/10/2005
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			13
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			13-14 + 3 OJ



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [02/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	7
LICENÇA MÉDICA/RGPS	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	17
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	4
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	5
TOTAL	35



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
LAIS PEREIRA OLBERA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2016
THAYSA TRAMONTE LEME	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [30/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
KARINA SUEMI KASHIMA	30
REGIANE CECILIA LIZI	155

SERVIDORES	HORAS
ADRIANA MOYA ZABOTINI	80
ANDREA DEMETRIO	55
ANTONIO JOSE GRIZINSK DO ESPIRITO SANTO	42
JORGE ALBERTO CASTILHO RAZERA	15
JOSE CARLOS MARTELINE	40
JOSIANE GUIMARAES BOTTEON	130
KATIA DE JESUS ANTONIO	70
MARCOS PAULO BARBOSA	280
OLAVO ANTONETTI	33
TALITA GRAZIELA FELIPPE JUSTULIN	40
TATIANA FARALDO CARIOLA	231
VALDEMIR ARANJUES SANCHES	30



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	189	823	---
	Aguardando encerramento da instrução	427	712	---
	Aguardando prolação de sentença	36	124	---
	Aguardando cumprimento de acordo	287	280	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.521	3.060	---
	Pendentes de finalização	1.532	3.120	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	141	434	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	98	336	---
	Pendentes de finalização	212	620	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	349	826	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	394	485	---
	Pendentes de finalização	426	912	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	1	1	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	64	38	---
	TOTAL	2.235	4.690	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	198	191	24
Exceções de Incompetência	35	41	0
Antecipações de Tutela	144	146	2
Impugnações à Sentença de Liquidação	9	3	2
Embargos à Execução	45	38	6
Embargos à Arrematação	1	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	5	4	2
TOTAIS	437	423	36



6 - RECURSOS [02/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	627	630	12
Recurso Adesivo	32	31	2
Agravo de petição	48	57	2
Agravo de Instrumento	11	6	2
TOTAIS	718	724	18



7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	550	154	191	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.818	240	348	---
Total / Média	2.368	220	313	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	534	118	193	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.652	216	350	---
Total / Média	2.186	192	313	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	228	36	28	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	828	30	40	---
Total / Média	1.056	32	38	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	93	112	223	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	304	153	251	---
Total / Média	397	144	246	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	405	209	1.770	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	60	391	946	---
Total / Média	465	233	1.683	---

*Do início até a extinção da execução

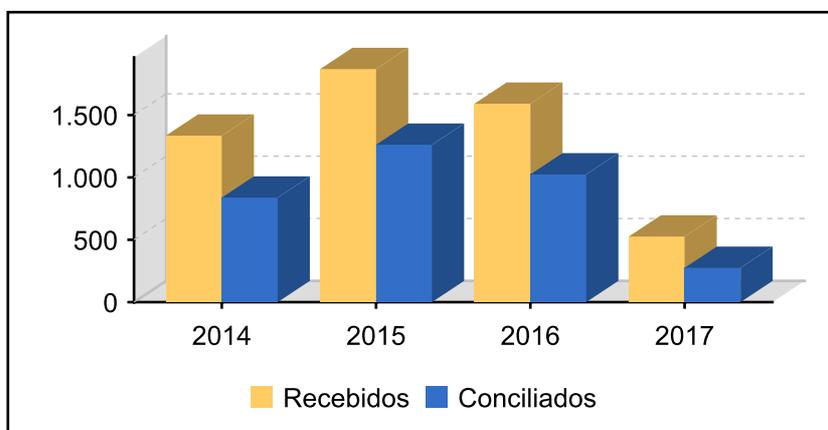


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

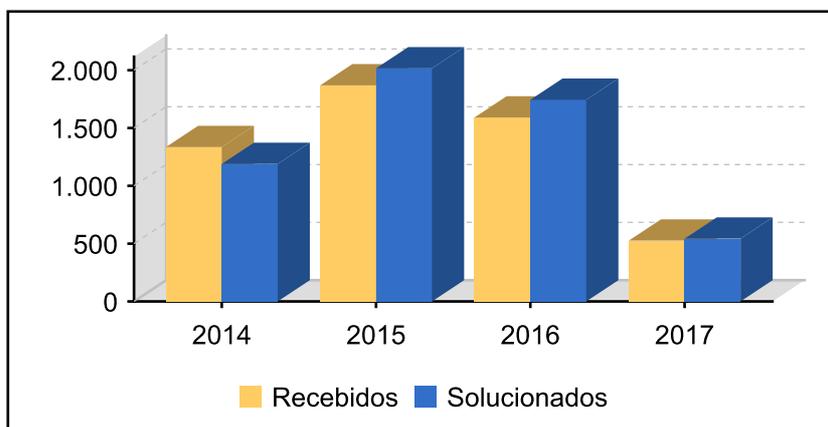
8.1 - Índice de conciliações [até 04/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	1.335	838	62,77
2015	1.869	1.262	67,52
2016	1.591	1.024	64,36
2017	526	275	52,28



8.2 - Índice de soluções [até 04/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.335	1.189	89,06
2015	1.869	2.016	107,87
2016	1.591	1.744	109,62
2017	526	543	103,23



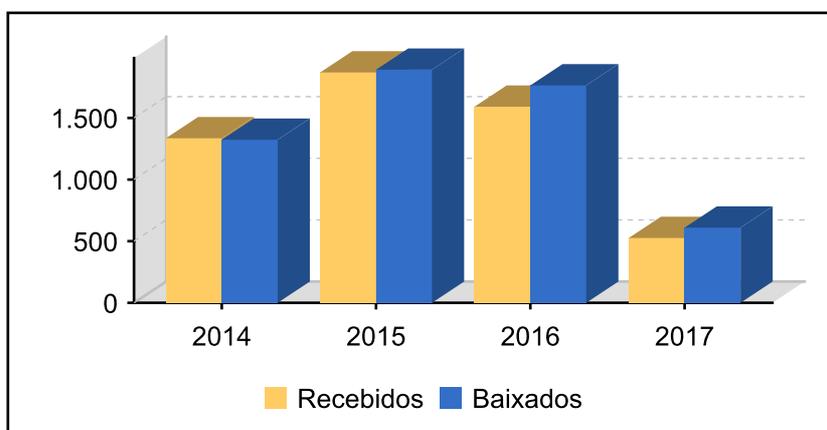


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

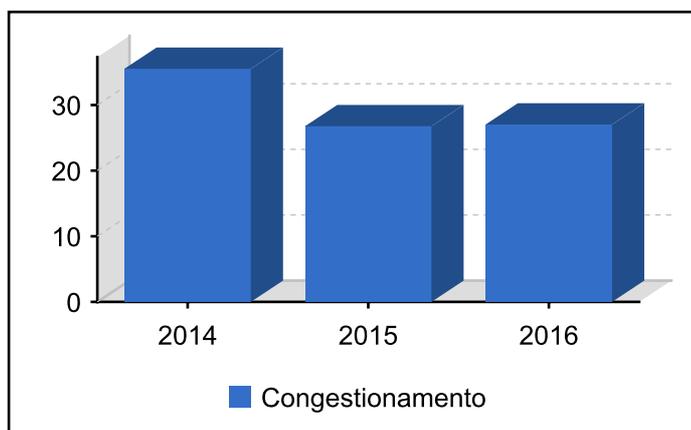
8.3 - Índice de baixas [até 04/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	1.335	1.323	99,10
2015	1.869	1.891	101,18
2016	1.591	1.764	110,87
2017	526	610	115,97



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	509	1.335	1.189	35,52
2015	884	1.869	2.016	26,77
2016	799	1.591	1.744	27,03

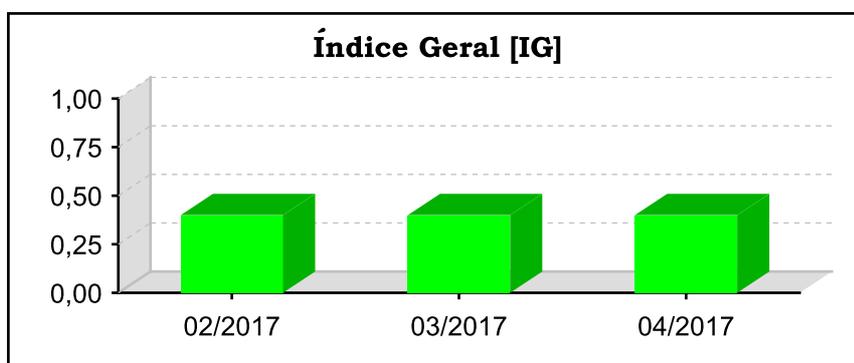
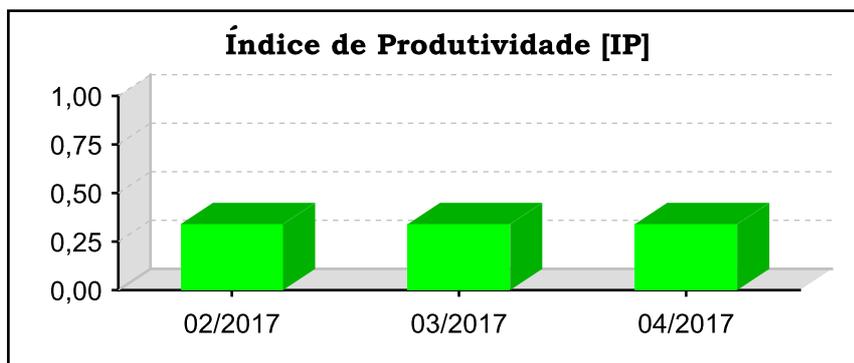
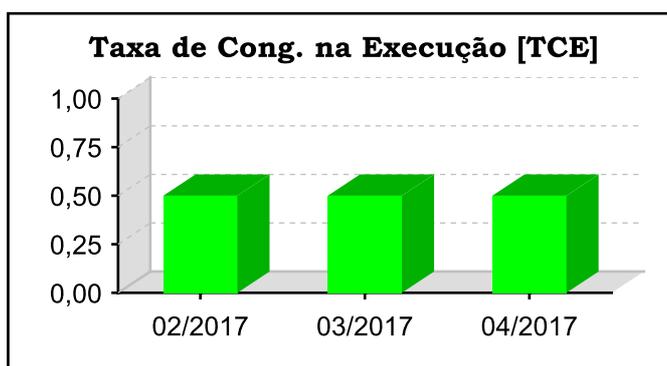
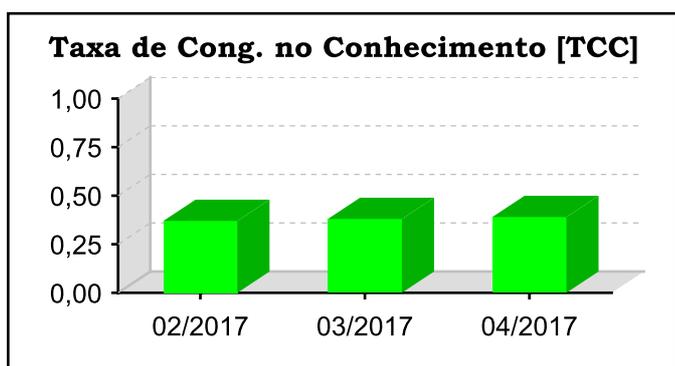




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
02/2017	0,37	0,50	0,34	0,40
03/2017	0,38	0,50	0,34	0,40
04/2017	0,39	0,50	0,34	0,40





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	950	79,2	65,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	578	48,2	39,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.528	127,3	104,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	175	14,6	12,0
Incidentes Processuais Resolvidos	332	27,7	22,7
Dias-Juiz	438	36,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.677	64,3	41,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	26.470	68,9	44,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	51.147	133,2	85,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.408	21,9	14,1
Incidentes Processuais Resolvidos	17.709	46,1	29,7
Dias-Juiz	17.867	46,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.462	70,5	45,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	143.392	78,1	50,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	272.854	148,6	95,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.896	27,2	17,5
Incidentes Processuais Resolvidos	102.430	55,8	35,9
Dias-Juiz	85.633	46,6	---

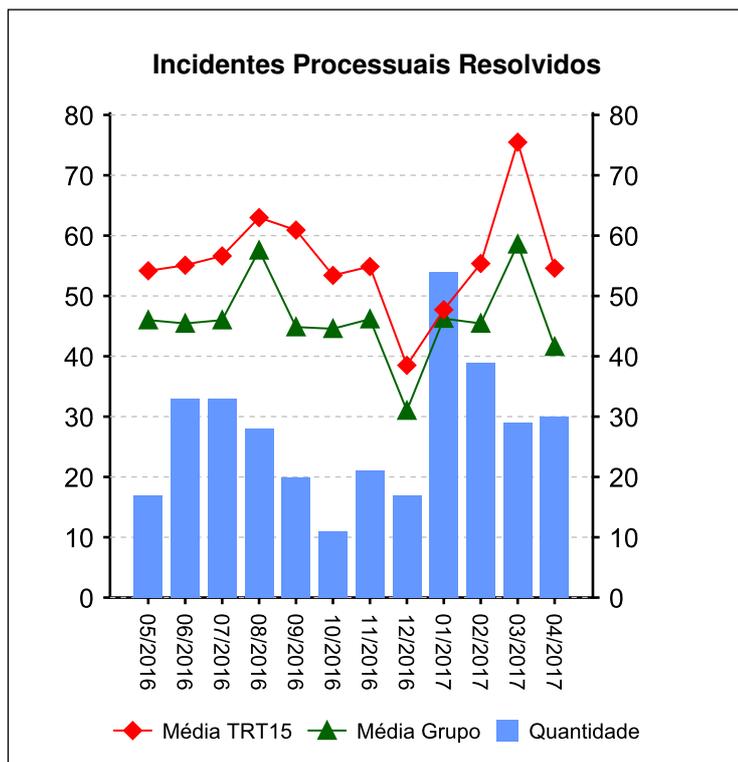
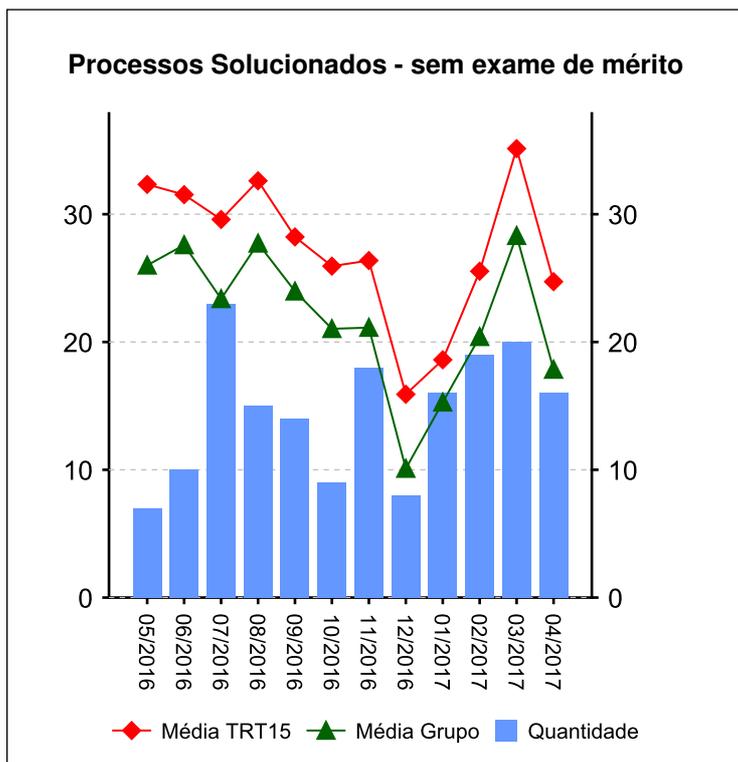
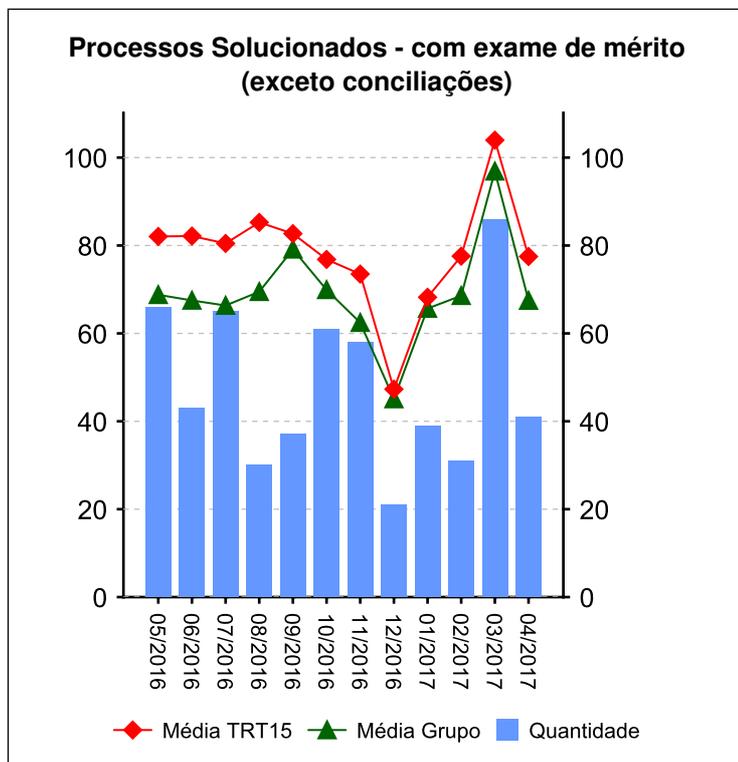
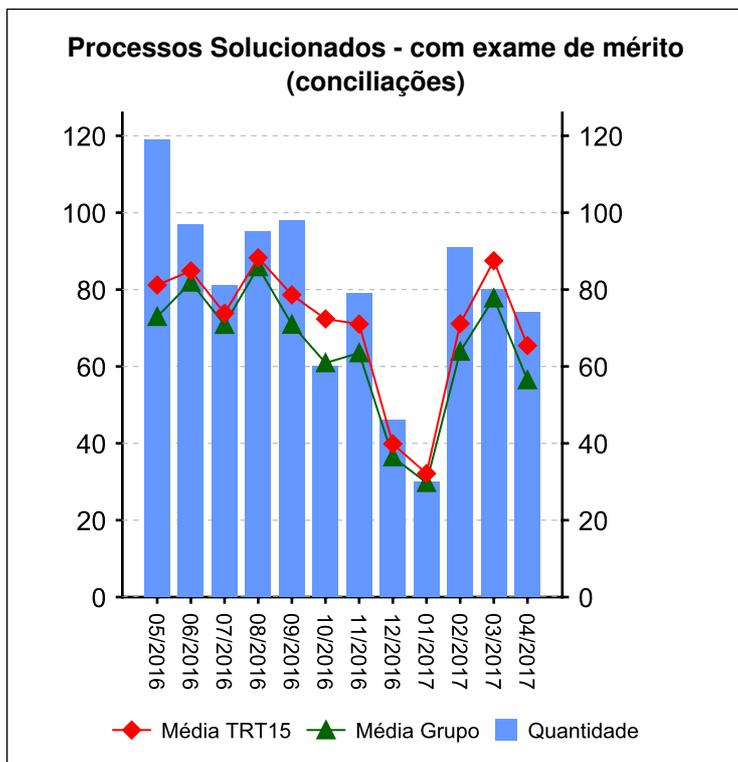
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.049	87,4	71,8
Sessões de audiência realizadas - instrução	742	61,8	50,8
Sessões de audiência realizadas - una	476	39,7	32,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	22	1,8	1,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	35	2,9	2,4
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.218	101,5	83,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	57	4,8	3,9
Dias-Juiz	438	36,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	23.149	66,5	38,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	17.725	46,2	29,8
Sessões de audiência realizadas - una	25.522	66,5	42,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	7.306	19,0	12,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	5.556	14,5	9,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	43.247	112,6	72,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	12.862	33,5	21,6
Dias-Juiz	17.867	46,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	119.011	69,8	41,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	92.613	50,4	32,4
Sessões de audiência realizadas - una	152.113	83,9	53,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	32.841	17,9	11,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	32.211	17,5	11,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	244.726	133,3	85,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	65.052	35,4	22,8
Dias-Juiz	85.633	46,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

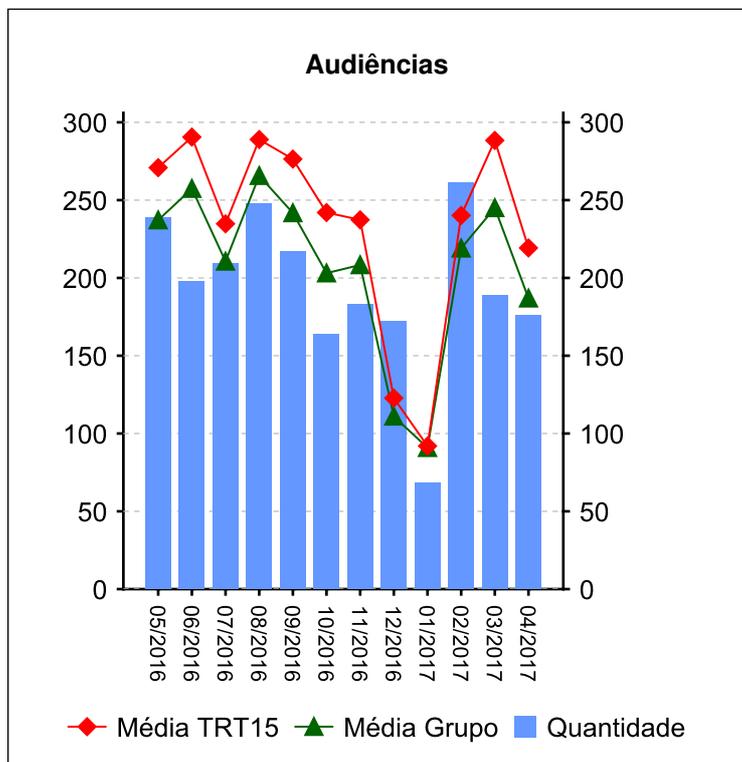


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

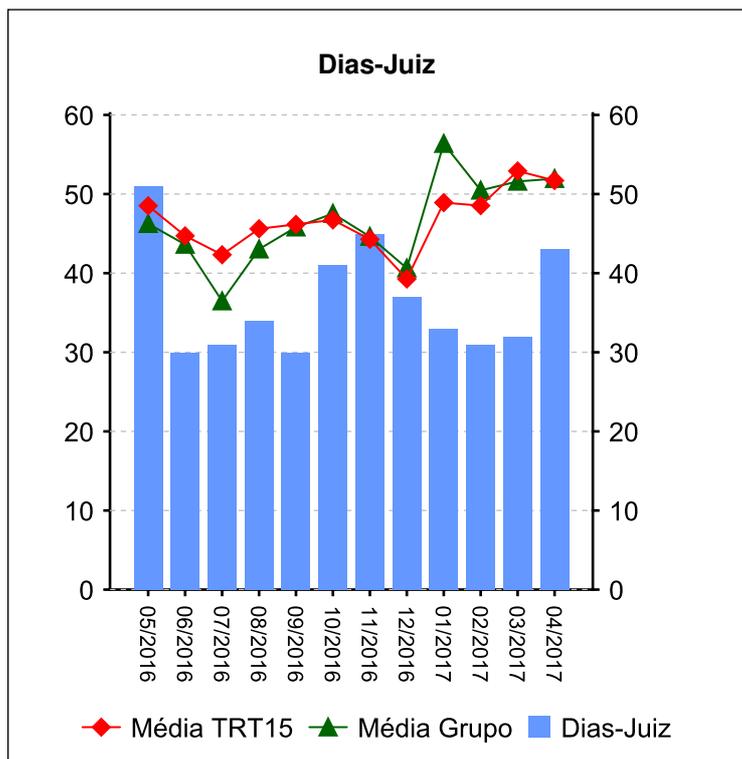
[05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
05/2016	1	2	121	81	34	239
06/2016	1	5	84	77	31	198
07/2016	1	1	116	69	22	209
08/2016	1	1	134	82	30	248
09/2016	3	13	76	69	56	217
10/2016	1	4	69	60	30	164
11/2016	1	1	60	69	52	183
12/2016	1	1	82	48	40	172
01/2017	0	0	35	16	17	68
02/2017	0	2	143	65	51	261
03/2017	2	4	65	56	62	189
04/2017	10	1	64	50	51	176
Total	22	35	1049	742	476	2324



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
05/2016	51
06/2016	30
07/2016	31
08/2016	34
09/2016	30
10/2016	41
11/2016	45
12/2016	37
01/2017	33
02/2017	31
03/2017	32
04/2017	43
Média Mensal	36,5



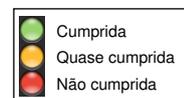
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

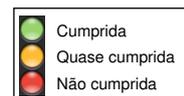
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
1591	1744	0	133	145	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

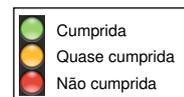
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1335	1202	1579	0	145	44	30 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
493	391	102	41	33	79 %





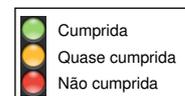
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

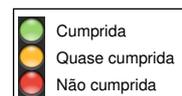
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
0	0	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
165	198	162	78 %





12 - ARRECADAÇÃO [02/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 76.877,54	R\$ 11.267,23	R\$ 1.155,37	R\$ 1.344.397,29



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2012	1
2013	4
2014	8
2015	20
2016	291
2017	328



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
1.598	1.501 a 2.000	14	14	12

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está acima dos parâmetros previstos na referida Portaria.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade e consulta realizada na Corregedoria)

	PJe*		SAP*
Data de corte:	17/04/2017	Data de corte:	17/04/2017
Saldo:	0	Saldo:	0
Data do mais antigo	-	Data do mais antigo	-
		Total:	0

* formulário 1.1 e consulta realizada entre os dias 29 e 30/05/2017 pela Corregedoria.

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos



gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,40.

Esse índice já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por tais motivos são consignados elogios.

15.3- MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 18/05/2017)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G): não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G): não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Antônio José G. do Espírito Santo	16	01/08/2016
Tatiana Faraldo Cariola	0	-
TOTAL	16	01/08/2016

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010868-92.2016.5.15.0144, 0010198-54.2016.5.15.0144 e 0010457-83.2015.5.15.0144;

16.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 29/05/2017, verificou-se a existência de 510 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0011222-54.2015.5.15.0144 e 0010440-



13.2016.5.15.0144).

16.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0011706-69.2015.5.15.0144, 0010067-79.2016.5.15.0144;

16.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, e adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.5 – há audiências designadas em dois dias da semana na Vara de Pederneiras e no Posto Avançado em Bariri, segundo consulta ao PJ-e no período de 30/05/2017 a 18/07/2017;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 35 no período de 05/2016 a 04/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,21 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que



se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Pederneiras apresenta 21% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 36,5 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (46,5).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (65,1) superior à média de referido grupo (41,4). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito foi inferior (39,6) em comparação ao grupo (44,4), considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês.

18 - AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJ-e realizada em 30/05/2017, às 14h50, foi verificado que na VARA DO TRABALHO DE PEDERNEIRAS há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	26/06/2017	0	25
UNAS	28/06/2017	0	25
INSTRUÇÕES	07/08/2017	0	70
CONCILIAÇÃO / MEDIAÇÃO	06/06/2017	0	7

(*) aproximadamente.

Observação: A pauta de audiências é elaborada manualmente. As sessões de audiências são realizadas às segundas (tarde) e quartas-feiras (manhã). Foi informado pela Unidade que os processos que envolvem Órgão Público são incluídos em pauta, assim como os processos cuja instrução dependa de prova pericial.

Em relação ao POSTO AVANÇADO EM BARIRI, a consulta realizada no PJ-e também no 30/05/2017, às 15h, demonstrou que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)*
INICIAIS	13/07/2017	0	45



UNAS	13/07/2017	0	45
INSTRUÇÕES	18/07/2017	0	50

(*) aproximadamente.

Observação: A pauta de audiências também é elaborada manualmente. A sessão é realizada duas vezes por semana, às terças e quintas-feiras pela manhã. Da mesma forma que na Vara, os processos que envolvam Órgão Público, assim como os processos cuja instrução dependa de prova pericial, são incluídos de pauta de audiências. Não são realizadas audiências do tipo conciliação/mediação.

18.1 – Composição das pautas (fonte: Vara do Trabalho).

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	4	6	4			14
terça	manhã	4	6	4			14
	tarde						
quarta	manhã	4	6	4			14
	tarde						
quinta	manhã	8	12	8			28
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação na Unidade.

Em que pese o posicionamento do Juízo, frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o Jurisdicionado.

18.3 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 30/04/2017, tem produtividade de audiências unas e de instrução (83,4 – RARIA)



superior se comparada com a média mensal do grupo (72,6 - RARIA), de acordo com os atuais critérios adotados.

Considerando não ter sido atingida a Meta 5 da Justiça do Trabalho para reduzir em 2% o prazo médio de duração do processo, recomenda-se que o Juízo analise a viabilidade de implementar o projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso.

19 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017. No entanto, em pesquisa por amostragem, verificou-se a retirada de bens ou processos sob justificativa de quitação do débito, acordo entre as partes e, ainda, por erro na avaliação do bem, indicando lançamentos incorretos no sistema.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – abster-se de designar audiência, quando for parte a União, o Estado, os Municípios, as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, conforme a Recomendação GP-CR nº01/2014;

20.2 – recomenda-se que o Juiz verifique a viabilidade de atendimento ao item VIII, Ordem de Serviço nº 01/2015, que diz: “VIII – Com objetivo de melhorar o desempenho das vendas nas hastas públicas, no caso de penhora de bens indivisíveis de mais de um proprietário, deve ser dada preferência, a critério do juízo, à penhora e alienação integral do bem, reservando-se ao coproprietário o pagamento de sua parcela”;

20.3 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;



20.4 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

21.4 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foram cumpridas as de nº 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio de duração do processo na fase de conhecimento) e nº 5 do CNJ (impulsionar processos à execução), atingindo índices de 78% e 79%, respectivamente.

21.5 – proceder a regular habilitação do GIE para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

21.6 – cumprir a alínea “h”, inciso V, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que dispõe: “V - Distribuído o mandado, caberá ao Oficial de justiça: h) o cadastramento no sistema informatizado da penhora efetivada e/ou a inclusão da certidão circunstanciada que relate informações das diligências realizadas, destacando se as pesquisas levaram à



conclusão inicial de que o devedor é insolvente”;

21.7 – observar o disposto no item 3 da Ordem de Serviço CR nº 07/2016, no qual se esclarece o procedimento para anexar à certidão negativa o documento “rascunho/anotações”, como forma de prestar informações úteis ao Juízo, sem a juntada no processo;

21.8 – atentar-se que, caso o Oficial de Justiça Avaliador utilize-se de informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, no cumprimento do inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, se faz necessária a inclusão dos dados do novo processo no sistema com nova indicação de execução frustrada, por meio de nova certidão, a fim de contabilizar as informações do Regional;

21.9 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim zelando pela celeridade processual e bom atendimento ao jurisdicionado, contrário do verificado nos processos nº 0010011-80.2015.5.15.0144 (erro na avaliação).

21.10 – observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo, o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão, conforme estabelecido no § 3º, artigo 25 do Provimento GP-CR Nº 03/2014, de 22 de setembro de 2014 e no item III da Ordem de Serviço CR nº 03/2015, e o registro do acordo/remição deve ser registrado no Sistema Exe15 como tal, e não como excluído de hasta, contrário do ocorrido nos processos nº 0010199-73.2015.5.15.0144 (quitação), 0000410-70.2013.5.15.0160 (acordo) e 0011590-63.2015.5.15.0144 (acordo) .

21.11 – em 30 (trinta) dias, Diretor e Juiz deverão analisar todos os mandados pendentes de cumprimento (item 15.3, “c”), destacando eventuais atrasos injustificáveis e enviar plano de ação para eliminação desse Acervo (mediante Pedido Complementar no PROAD – PP nº 4451/2016), conforme a flexibilização de prazos prevista no Provimento GP CR 05/2015.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:



ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0000298-52.2013.5.15.0144	Prazo entrega de laudo de conhecimento. Em 05/2017 foi prorrogado o prazo para entrega do laudo pericial.	A Unidade deverá atentar-se para tramitação prioritária dos processos que estão incluídos na META 2, inclusive, designando audiência em pauta prioritária, se o caso.
2	0010613-08.2014.5.15.0144 (PA)	tarefa aguardando término dos prazos – O acordo registrado na ata de audiência de 05/08/2015 aguardava seu integral cumprimento para homologação. Noticiado o descumprimento, a Vara intimou a reclamada para o pagamento da multa.	Conforme os termos da ata de audiência, persistindo o inadimplemento, o feito deverá ser incluído em pauta de audiências para prosseguimento, observando-se a tramitação prioritária por se tratar de processo que está incluídos na META 2.
3	0011497-37.2014.5.15.0144	tarefa aguardando término dos prazos. Em 15/05/2017 foi deferido prazo ao patrono do autor para regularizar o polo ativo (habilitação dos sucessores).	A Unidade deverá atentar-se para tramitação prioritária dos processos que estão incluídos na META 2.
4	0011646-33.2014.5.15.0144	tarefa aguardando término dos prazos – As partes já se manifestaram quanto aos esclarecimentos prestados pelo perito.	Levar à conclusão para prosseguimento do feito. Processo inserido na Meta2.
5	0000431-94.2013.5.15.014	processo aguardando cumprimento de acordo no conhecimento relacionado no e-Gestão na variável 66. Quitado o crédito do reclamante, verifica-se que o processo prossegue para a execução dos valores devidos a título de honorários periciais. Há, inclusive, utilização das ferramentas eletrônicas com resultado positivo.	Sanear a inconsistência, registrando-se os movimentos pertinentes para os dados do e-gestão.
6	0000037-05.2014.5.15.0160	tarefa aguardando final sobrestamento – intimado em 23/03/2016 para apresentar os cálculos de liquidação, o reclamante permaneceu inerte. A determinação foi renovada por quatro vezes e, novamente, não houve manifestação do reclamante.	Levar o processo à conclusão para prosseguimento, salientando que o comando sentencial pode ser liquidado pelo próprio calculista da Unidade. Há outros processo na mesma situação (0011608-21.2014.5.15.0144).
7	0000141-45.2014.5.15.0144	O processo arquivado e remetido ao arquivo em 13/07/2016. Porém, o relatório de petição não solucionada aponta a existência de petição de recurso (RO) não solucionado no sistema SAP1G.	Sanear a inconsistência.
8	0000243-04.2013.5.15.0144	tarefa aguardando apreciação pela instância superior - O incidente impugnação à	Sanear a inconsistência.



		sentença de liquidação já foi apreciado pelo Juízo. Entretanto, permanece relacionado no e-Gestão – impugnações à sentença de liquidação pendentes de julgamento.	
--	--	---	--

23 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com todos os seus servidores para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

a) Fase de Conhecimento

A Unidade informa que o lançamento de prazo “zero” decorre de os prazos serem controlados diariamente, antes, portanto, do decurso dos prazos das quinzenas, em planilha paralela. Assim, a ideia do prazo “zero” decorre dessa possibilidade que a Unidade tem, sem, necessariamente, ter que aguardar o vencimento da quinzena para analisar o vencimento.

Notificação eletrônica não é adotada amplamente pela Unidade. A Unidade esclarece que algumas empresas têm demonstrado preferência em receber as notificações por meio eletrônico. Além disso, detecta-se que é comum a devolução das intimações pessoais dos reclamantes para comparecer à audiência de instrução, cujo cumprimento é realizado, após, por Oficial de Justiça. A Corregedoria sugere a prática da notificação eletrônica para o INSS, Município, Usinas, sobretudo, para envio de notificação das iniciais, aproveitando-se das audiências para fazer o convite às empresas para adesão e concessão de aceite expresso, bem como, valendo-se dos oficiais de justiça para a estimular. Registra-se que os endereços eletrônicos e aceites obtidos pelos oficiais de justiça devem ser compartilhados com a Unidade, a quem compete realizar a notificação inicial não pessoal. Aos oficiais de justiça compete realizar as notificações, apenas, de caráter pessoal. Quanto aos documentos que devem acompanhar a notificação e intimação eletrônica, a Corregedoria esclarece e orienta que seja gerada a chave de acesso correspondente a eles, valendo-se da anexação do expediente de “Certidão”, modelo “Certidão – Gerador de Hash”, que atende, plenamente, a essa necessidade. Quanto à comprovação de recebimento da notificação eletrônica, sugere-se a anexação do “print” do envio, sem, necessariamente, anexação de certidão ou, ainda, que a confirmação de



recebimento seja armazenada em pasta própria e consultada, se diante da alegação de que não houve o recebimento da mensagem eletrônica.

Pauta. As pautas da Unidade, bem como, a do Posto Avançado de Bariri são realizadas manualmente. Às quintas-feiras, as audiências são realizadas pela juíza titular, ainda que esteja atuando em substituição no TRT em diversas oportunidades, enquanto o juiz substituto realiza, nessas quintas, a pauta do Posto Avançado de Bariri. Assim, às segundas, terças e quartas-feiras são realizadas pautas simples, enquanto, às quintas-feiras, a pauta é dobrada (VT e Posto Avançado de Bariri). Consigna-se elogios à MM. Juíza titular por realizar audiências às quintas-feiras, sem prejuízo de sua atuação em substituição no Tribunal.

Perícias. Quanto à perícia, a Unidade não adota o controle de perícias e não detém a agenda do perito. Em audiência, ocorre a indicação do perito, que ele mesmo acompanha pelo seu painel no Pje, e a concessão de 30 dias para apresentação do laudo, após a fixação da data de perícia. Informada a data, horário e local da perícia, as partes são intimadas e não são admitidas reiteradas impugnações ao laudo.

Nesse sentido, a Corregedoria orienta e insiste na adoção da prática, assim sugerida:

Como já é eficaz na Unidade, cabe ao perito acompanhar suas nomeações e demais decorrências, uma vez que tem amplo acesso à designação, bastando a consulta em painel próprio, conforme consta do Manual do Perito no sítio do CSJT (https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual_Perito). O procedimento consiste em, na posse da agenda do perito, o juízo fixar as datas da perícia, do laudo (observado prazo razoável de exequibilidade), das impugnações e de eventuais esclarecimentos, e o perito e as partes se comunicarem entre si, por meio de seus endereços eletrônicos, para apresentação da prova pericial, somente, após sua conclusão efetiva. Na falta da agenda do perito, caberá a ele informar as partes da data da perícia, mantido os demais procedimentos mencionados.

Constata-se que há processos da META 2 do CNJ (Julgar processos mais antigos) que aguardam a solução definitiva de outros processos.

Processo nº 0000431-94.2013.5.15.0144 (Variável 66 – SAP) não foi realizada a migração, porquanto os autos pendiam apenas do pagamento de honorários periciais, os quais já foram quitados e o saneamento realizado.

CTPS. Verificado que os reclamantes são intimados para que tragam a CTPS em Secretaria e, sucessivamente, a reclamada, para cumprimento da obrigação de fazer e, se decorrido o prazo, seja com fixação de multa cominatória, seja sem, o não cumprimento



enseja a anotação pela Secretaria. Nesse sentido, a prática sugerida pela Corregedoria é que, nas sentenças, já conste que, após o trânsito em julgado, o reclamante apresentará a CTPS, diretamente, para a reclamada, que efetuará as anotações pertinentes.

Cálculos. O procedimento de primeiro intimar as reclamadas, com determinação para depósito do valor devido, não foi bem sucedido, porquanto, comumente, as reclamadas faziam depósitos de valor mínimo, com evidente equívoco de seus cálculos.

Constata-se que o processo nº 0000037-05.2014.5.15.0160 teve reiterada renovação de prazos para apresentação de cálculos, por determinação do juízo. Nesse sentido, a Corregedoria recomenda que o cálculo seja realizado por perito contábil, ainda que onere o processo ou, em se tratando de cálculo simples, que seja realizado pelo calculista da Unidade. Registra-se que a reiterada renovação, tão somente, implica na extensão do prazo médio da liquidação.

EXE15. Nada obstante a sugestão para a anexação de “rascunho” sem a dependência de geração de arquivo em pdf, a Corregedoria esclarece que se trata de limitação do sistema, cuja funcionalidade, por ora, não sofrerá alteração.

Apenas a título de dar eficácia à reserva de numerário, a Unidade, independentemente do procedimento a ser adotado (arquivamento, suspensão, etc), fica orientada para que todos os valores sejam lançados no processo piloto, de maneira a dar transparência e possibilitar que essa reserva de numerário seja exitosa para todos os processos registrados quando da venda dos bens.

SIMBA. Constata-se com a Unidade a regularidade quanto ao procedimento do SIMBA que é realizado na forma postal, por meio de preenchimento de formulário próprio, assinado e encaminhado para o Banco Central. Segundo esclarecem, é procedimento orientado por meio do curso “Pesquisa Patrimonial – 4ª edição”. Site EJude15. Livro SIMBA, de 18 de abril de 2016.

Processo nº 0000451-71.2012.5.15.0160 – aguardando solução de recurso no C. TST. Foi homologado acordo ente o reclamante e a primeira reclamada, o qual presume-se (encontra-se) quitado diante das informações constantes do SAP1G. Considerando-se esse recurso, no C. TST, para julgamento da responsabilidade subsidiária da segunda reclamada, a Corregedoria sugere o seu arquivamento, todavia com registro de prazo estimado até a solução da subsidiariedade.

24 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Compareceu a Dra. Lara Soares de Oliveira Moraes, OAB/SP nº 175.174, Diretora



Tesoureira da OAB de Pederneiras, representando a presidente Dra. Rona Mara Magnani Botero.

Disse que a OAB não tem qualquer crítica a apresentar; pelo contrário, elogia a celeridade e a atenção dos Juízes e Servidores.

25 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

25.1 – A MM. Juíza Titular está autorizada a residir fora da jurisdição (PA 0000596-84.2011.5.15.089. Por sua vez, o Juiz Substituto não reside na sede da circunscrição que, atualmente, é Campinas. Ademais, diante da proximidade da abertura de concurso, ainda neste mês de junho, para remoção para as circunscrições deste Regional, a qual definirá a circunscrição do magistrado, resta caracterizado o prazo até setembro de 2017 para solicitação de autorização e regularização da situação.

25.2 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correção foi afixado no átrio da Vara e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

25.3 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações, recomendações, orientações ou sugestões demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4451/2016.

26 – ENCERRAMENTO:

No dia 05 de junho de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.